**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2023 SAS – 1ª ALTERAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 21.178/2022**

O Município de Jaguariúna por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público, para ciência dos interessados, a abertura de procedimento de seleção destinado a selecionar organização da sociedade civil (OSC) para firmar parceria, a ser financiada com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), objetivando o desenvolvimento e execução do Serviço de Acolhimento Institucional para PSR – Pessoa em Situação de Rua Provisório, imediato e emergencial, compreendendo também pernoite (atendimento provisório excepcional) na modalidade Casa de Passagem, para pessoas de ambos os sexos e grupos familiares no município de Jaguariúna/SP. O serviço será ofertado no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, tendo o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS como unidade de referência.

A seleção será conduzida pela Comissão de Seleção, devidamente designada e será regida pela Lei nº 13.019/2014 e pelo Decreto Municipal nº 3.560 de 25 de maio de 2017 e pelas normas contidas no presente edital.

As despesas decorrentes do presente chamamento público correrão da Dotação Orçamentária: 02.06.01.08.244.0025.2003.3.3.50.39.00-1

Integra (m) este edital, o(s) seguinte(s) anexo(s):

* Anexo I - Descrição do Objeto da Parceria e Condições Gerais;
* Anexo II – Modelo do Termo de Credenciamento;
* Anexo III – Modelo de Declaração de Regularidade;
* Anexo IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Trabalho Infantil;
* Anexo V – Proposta de Plano de Trabalho e Cronograma de Desembolso;
* Anexo VI – Modelo de Declaração de Vedações (art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014);
* Anexo VII – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos para Celebração da Parceria (art.34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014);
* Anexo VIII – Modelo de Certidão de Dirigentes ( inciso XVIII do art. 178 e inciso V do art. 181 da IN 01/2020);
* Anexo IX – Modelo de Declaração Quanto à Composição do Quadro Diretivo;
* Anexo X – Modelo de Declaração de Não Contratar Servidor ou Empregado Público;
* Anexo XI – Modelo de Declaração de Atendimento ao TCESP ;
* Anexo XII - Modelo de Minuta do Termo de Colaboração;
* Anexo XIII - Comunicado SDG 016/2018 (PARA CONHECIMENTO) ;
* Anexo XIV - Instrução Normativa do TCE/SP nº 01/2020 (art. 176 a 184) (PARA CONHECIMENTO);
* Anexo XV - Declaração de observância às regras de transparência;
* Anexo XVI - Declaração do contador responsável;
* Anexo XVII – Declaração de Promessa de Transferência de Propriedade à Administração Pública, dos Bens Adquiridos com Recursos da Parceria, na Hipótese de Extinção, Rescisão ou Fim do Termo de Colaboração; e
* Anexo XVIII – Declaração de Início de Atividades da OSC.

Esse edital estará disponível, na íntegra, com todos os seus Anexos, no “site” <https://jaguariuna.sp.gov.br> (Secretarias / Secretaria de Assistência Social)

**PRAZOS:**

Os envelopes “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO “ deverão ser entregues e protocolados na Prefeitura Municipal de Jaguariuna no Departamento de Protocolo, sito à Rua Alfredo Bueno, 1235 Centro Jaguariuna SP, de segunda à sexta-feira, excluindo feriados e pontos facultativos, entre os dias 11/05/2023 a 12/06/2023 , no horário das 08:00 às 16:00 horas.

Não serão recebidos envelopes sem os dizeres conforme cláusula 4.6.1 e Termo de Credenciamento (Anexo II).

I – A Sessão de abertura dos envelopes ocorrerá no dia 16/06/2023, as 9:00 horas.

1. **DO OBJETO:**

O presente chamamento público tem por objeto a celebração de parceria com organizações da sociedade civil para a realização do **Serviço de Acolhimento Institucional para PSR – Pessoa em Situação de Rua Provisório, imediato e emergencial, compreendendo também pernoite (atendimento provisório excepcional) na modalidade Casa de Passagem,** no abrigo por até 90 dias, com profissionais preparados para receber usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários. E demais especificações contidas no **ANEXO I**

**Serão ofertadas 15 vagas/ mês**, para acolhimento institucional, para pessoas de ambos os sexos e/ou grupo familiar provisório modalidade casa de passagem.

**1.1 PÚBLICO ALVO**

**Pessoas de ambos os sexos, jovens, adultos, idosos ou grupo familiar**. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de auto sustento.

**1.2 OBJETIVO GERAL**

* Acolher e garantir proteção integral;
* Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligencia, violência e ruptura de vínculos;
* Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
* Possibilitar a convivência comunitária;
* Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais politicas publicas setoriais;
* Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
* Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivencias, desejos e possibilidades do público.

**1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

* Desenvolver condições para a independência e o autocuidado;
* Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.

**1.4 FUNCIONAMENTO E INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA**

Com sede ou instalações no município de Jaguariuna e inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Jaguariuna

1. **DA VIGÊNCIA:**

O prazo previsto para a execução do serviço será de 12 (doze) meses contatos a partir da assinatura do Termo de Colaboração, podendo ser prorrogado por até o limite de 60 ( sessenta) meses, conforme artigo 21 do Decreto Municpal 3.560/2017.

1. **DO VALOR:**

**3.1** O valor total de referência para realização do objeto é de R$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais), por ano que corresponde a 12 meses de execução do objeto.

Dotação orçamentária: 02.06.01.08.244.0025.2003.3.3.50.39.00-1

1. **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**
	1. Poderão participar da seleção:
		1. Organizações da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos que não distribuam entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
		2. As sociedades cooperativas previstas na Lei Federal nº 9.867, de 10 de novembro de 1999, as OSCs integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social, as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda, as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural, e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social;
		3. As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;
	2. Em todas as hipóteses os objetivos e finalidades institucionais das organizações da sociedade civil deverão ser compatíveis com o objeto deste chamamento público.
	3. É vedada a participação de organização da sociedade civil que:

**4.3.1** Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

* + 1. Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

**4.3.3** Tenha como dirigente membro do Poder Público ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública do Município de Jaguariúna, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

* + 1. Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:
1. tiver sido sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
2. tiver sido reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
3. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
	* 1. Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
4. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com o Município de Jaguariúna;
5. declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
	* 1. Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
		2. Tenha entre seus dirigentes pessoa:
6. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
7. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
8. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.
	1. Poderá ser permitida a atuação em rede, por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização que venha a celebrar o termo de colaboração, desde que a organização da sociedade civil signatária do termo possua:
9. mais de cinco anos de inscrição no CNPJ;
10. capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede.
	* 1. A organização da sociedade civil que assinar o termo deverá celebrar termo de atuação em rede para repasse de recursos às não celebrantes, ficando obrigada a, no ato da respectiva formalização:
11. verificar, nos termos do regulamento, a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do termo, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas;
12. comunicar à administração pública em até sessenta dias a assinatura do termo de atuação em rede.
	1. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação da organização da sociedade civil e seu impedimento de prosseguir na seleção.
	2. As organizações da sociedade civil interessadas em participar do presente chamamento público deverão apresentar 02 (dois) envelopes devidamente fechados, lacrados e rubricados em seu fecho, contendo a proposta.
		1. Do envelope contendo a “Proposta”, deverão constar os seguintes dizeres:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023 SAS

**ENVELOPE PROPOSTA**

NOME DA PROPONENTE

ENDEREÇO DA PROPONENTE

* + 1. Do envelope contendo a “DOCUMENTAÇÃO”, deverão constar os seguintes dizeres:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023 SAS

**ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO**

NOME DA PROPONENTE

ENDEREÇO DA PROPONENTE

1. **DO CREDENCIAMENTO:**
	1. No prazo estipulado no preâmbulo deste Edital para a abertura do certame, a organização da sociedade civil deverá estar representada por agente credenciado, devendo ser este integrante da Diretoria da OSC, que deverá comprovar essa qualidade por meio de cédula de identidade e Estatuto Social, acompanhados da última ata que elegeu a Diretoria em exercício, devidamente registrada no órgão competente, para tanto deverá ser exibido o respectivo instrumento de Termo de Credenciamento (Anexo II), com poderes específicos para o fim a que se destina, credenciando o representante, inclusive para recebimento de intimações, ciência de todos os atos e desistência de recursos em geral, se for o caso.

**5.1.1** Será admitido apenas um credenciado para cada organização da sociedade civil interessada.

* 1. **O documento de credenciamento deverá ser entregue em separado dos demais envelopes**.
	2. A não apresentação de documento de credenciamento ensejará o não recebimento dos envelopes com as propostas.
	3. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Comissão de Seleção e juntados ao processo administrativo.
1. **DAS PROPOSTAS:**
	1. A proposta/plano de trabalho, a ser apresentada em envelope deverá conter as especificações do serviço/proposta, perfeitamente legível, sem rasuras, sem emendas, borrões, entrelinhas, acréscimos ou supressões, obedecido o modelo que acompanha o presente Edital (Anexo V), em via única, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo representante legal da organização da sociedade civil ou pelo representante credenciado e deverá conter:

**6.1.1** A denominação, endereço/CEP, telefone/fax, e-mail e CNPJ da organização da sociedade civil.

* + 1. A proposta deverá contemplar todas as orientações e detalhamentos indicados no Anexo I.
1. **DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO:**
	1. No dia, hora e local designados no preâmbulo do edital, será realizada abertura dos envelopes.
	2. Serão abertos os envelopes contendo as propostas, e os envelopes contendo a documentação - nesta ordem, que serão examinados e rubricados pela Comissão de Seleção.
	3. Na ocasião da abertura dos envelopes será lavrada ata a qual será assinada pelos membros da Comissão de Seleção.
	4. A Comissão de Seleção julgará as propostas de acordo com os critérios previstos no item 7 deste edital, em sessão pública, comunicando o resultado do julgamento por meio de publicação na Imprensa Oficial do Município de Jaguariuna SP

**7.4.1** A critério da comissão de seleção, a sessão pública do chamamento poderá ser suspensa por prazo de 05 (cinco) dias, para análise das Propostas - Planos de Trabalho.

* + 1. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não seja a mais vantajosa em termos financeiros, considerando o valor de referência constante do item 2 deste edital.
	1. Divulgada a classificação preliminar, na Imprensa Oficial do Município de Jaguariuna SP, será concedido o prazo de dois dias úteis, para eventuais recursos contra a classificação e/ou desclassificação da proposta.
	2. Decorrido o prazo recursal contra a classificação preliminar e/ou decididos os eventuais recursos que forem interpostos, a autoridade competente homologará o procedimento e divulgará o resultado do julgamento na página institucional da Prefeitura do Município de Jaguariúna, na internet indicada no preâmbulo deste edital, e na Imprensa Oficial do Município de Jaguariuna SP.
	3. A homologação não gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.
	4. A celebração e a formalização do termo dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:
		1. Aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado pela organização da sociedade civil melhor classificada e habilitada no prazo e condições previstas neste Edital, em especial ao conteúdo do Anexo I, além de atender os requisitos de habilitação em conformidade com os arts. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/14;
		2. Emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:
1. Do mérito do plano, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
2. Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria;
3. Da viabilidade de sua execução;
4. Da verificação do cronograma de desembolso;
5. Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
6. Da designação do gestor da parceria;
7. Da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.
	* 1. Da emissão de parecer jurídico do órgão da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria. Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os subitens 6.8.2 e 6.8.3 concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o administrador público sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.
	1. **DA DOCUMENTAÇÃO -** deverá conter dentro do envelope de “DOCUMENTAÇÃO” , os seguintes documentos:
		1. Cópia do documento que comprove a inscrição da Organização da Sociedade Civil ou dos Serviços, Programas e Projetos junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Jaguariúna; Na ausência do documento previsto , deverá a OSC apresentar cópia do documento que comprove sua inscrição junto a algum Conselho Municipal de Assistência Social da Federação, e caso logra-se vencedor no presente edital, será concedido o prazo de 90 (noventa) dias para buscar a inscrição do projeto/programa/serviço junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Jaguariúna/SP.
		2. Cópia do Estatuto Social e suas alterações registradas em cartório, o qual deve estar em conformidade com as exigências previstas no artigo 33, da Lei nº 13.019/2014;
		3. Cópia da inscrição, com cadastro ativo, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (tanto da matriz, quanto de eventual filial), comprovando, no mínimo, 01 (um) ano de existência;
		4. Certidão de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS (tanto da matriz, quanto de eventual filial), a ser obtida no endereço eletrônico: <https://webp.caixa.gov.br/cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>;
		5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, a ser obtida no endereço eletrônico: <https://www.tst.jus.br/certidao>;
		6. Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, a ser obtida no endereço eletrônico: <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br/da-ic-web/inicio>;
		7. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, a ser obtida no endereço eletrônico: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSPO/Certidao/CNDConjuntaSegVia/NICertidaoSegVia.asp?Tipo=1>;
		8. Cópia da última ata de eleição que conste a direção atual da organização da sociedade civil registrada em cartório, que comprove sua regularidade jurídica;
		9. Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;
		10. Cópia do documento pessoal do(s) representante(s) legal(is) da organização da sociedade civil com poderes para assinatura do eventual termo de colaboração;
		11. Anexo III – Modelo de Declaração de Regularidade;
		12. Anexo IV – Modelo Declaração de Inexistência de Trabalho Infantil;
		13. Anexo VII – Modelo de Declaração de Vedações (art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014);
		14. Anexo VIII – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos para Celebração da Parceria (art.34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014);
		15. Anexo IX – Modelo de Certidão de Dirigentes (inciso XVIII do art. 178 e inciso V do art. 181 da IN 01/2020);
		16. Anexo X – Modelo de Declaração Quanto à Composição do Quadro Diretivo;
		17. Anexo XI – Modelo de Declaração de Não Contratar Servidor ou Empregado Público;
		18. Anexo XII – Modelo de Declaração de Atendimento ao TCESP;
8. **SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**As propostas serão analisadas de acordo com os seguintes critérios:**

1. Estando cumpridos os pré-requisitos do artigo antecedente, a(s) proposta(s) será(ão) analisada(s) pela Comissão de Seleção, julgada(s) e pontuada(s) de acordo com os seguintes critérios:

|  |
| --- |
| **Critérios de Pontuação** |
| **Quesito** | **Item** | **Nota** | **Pontuação Máxima** |
| **1 - Diagnóstico social que deve ser realizado levando-se em conta o perfil do público alvo previsto na descrição do objeto da parceria e condições gerais (Anexo I)***(será observada a clareza na descrição e**consistência na análise da realidade social)* | Caracterizou público-alvo do serviço com informações sobre o perfil etário | 0; 1 ou 2 | 10(a nota para esse quesito é cumulativa) |
| Caracterizou público-alvo do serviço com informações sobre o perfil socioeconômico | 0; 1 ou 2 |
| Caracterizou público-alvo do serviço no município | 0; 1 ou 2 |
| Apresentou informações sobre vulnerabilidades e riscos | 0; 1 ou 2 |
| Indicou as fontes consultadas | 0; 1 ou 2 |
| **2 - Adequação das atividades a serem executadas que devem****ser realizadas levando-se em conta o objeto da parceria e condições gerais (Anexo I)**(será observada a pertinência e a consistência das estratégiasmetodológicas apresentadas) | Coerência entre as atividades elencadas na proposta e o trabalho social do serviço | 0; 5 ou 10 | 30(a nota para esse |
| Consistência na descrição das estratégias metodológicas | 0; 5 ou 10 | quesito é cumulativa) |
| Adequação da periodicidade e/ou carga horária das atividades com o trabalho social do serviço | 0; 2,5 ou 5 |  |
|  | Consistência na demonstração de estratégias de envolvimento dos usuários do serviço noplanejamento e na execução das ações propostas | 0; 2,5 ou 5 |  |
| **3 – Impacto social esperado**(será observada a coerência entre o impacto social esperado e as atividades descritas) | Coerência entre o impacto social esperado e as atividades a elas atreladas | 0; 10 ou 20 | 20(a nota para esse quesito é cumulativa) |
| **4 – Avaliação**(será observada a adequação dos processos de indicadores de avaliação que serão utilizados durante a execução doserviço) | Adequação dos parâmetros de indicadores de avaliação a serem utilizados para a aferiçãodo cumprimento do objeto | 0; 5 ou 10 | 20(a nota para esse quesito é cumulativa) |
| Consistência na demonstração de estratégias de envolvimento dos usuários do serviço através dos indicadores de avaliação  | 0; 5 ou 10 |  |
| **5 - Articulação em rede**(será observada a capacidade de articulação do serviço com a rede socioassistencial edemais políticas sociais no território) | Adequação da identificação dos parceiros (públicos e privados) envolvidos na execução do serviço | 0; 5 ou 10 | 20(a nota para esse quesito é cumulativa) |
| Adequação do tipo de articulação proposta | 0; 5 ou 10 |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **TOTAL** | **100** |

II- Para aferição da nota, será atribuída pontuação para cada item, conforme o atendimento ao conteúdo previsto neste artigo.

a) 0 (zero): não atende;

b) nota intermediária: atende parcialmente;

c) nota máxima: atende completamente.

III- A nota final corresponderá à soma dos pontos obtidos em cada um dos quesitos, sendo a pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

IV- Serão desclassificadas as propostas que:

a) apresentarem nota final inferior a 70 (setenta) pontos;

b) obtiverem nota 0 (zero) em quaisquer dos quesitos;

c) não apresentarem os pré-requisitos deste Edital.

V- Os casos de empate serão analisados de acordo com os critérios abaixo, na seguinte ordem:

1. maior nota no quesito “Adequação das atividades a serem executadas”, nos termos do item I, quesito 2 da tabela;
2. maior nota no quesito “Metas a serem atingidas”, nos termos do item I, quesito 3 da tabela;
3. maior nota no quesito “Avaliação”, nos termos do do item I, quesito 4 da tabela;
4. maior nota no quesito “Articulação em rede”, nos termos do item I, quesito 5 da tabela;
5. maior nota no quesito “Diagnóstico social”, nos termos do artigo item I, quesito 1 da tabela;
6. maior tempo de abertura no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ de sua matriz.

VI - A comissão de seleção fará a análise e pontuação das propostas, e as classificará em ordem decrescente.

VII- A Secretaria de Gabinete homologará o resultado preliminar e divulgará a pontuação e a classificação das propostas na Imprensa Oficial do Município de Jaguariuna SP. [www.jaguariuna.sp.gov.br](http://www.jaguariuna.sp.gov.br)

VIII - Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público.

IX - Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não seja a mais vantajosa em termos financeiros, considerado o valor de referência constante deste chamamento público.

1. **ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS E RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

**9.1** Esclarecimento de Dúvidas: Até o 5º (quinto) dia útil antecedente à data fixada para recebimento dos envelopes, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos de dúvidas sobre o ato convocatório do chamamento público, sendo que quaisquer informações ou esclarecimentos poderão ser obtidos exclusivamente através do e-mail: sas@jaguariuna.sp.gov.br, contendo a identificação do número do chamamento público

**9.2** Somente serão prestados esclarecimentos aos e-mails que forem devidamente recebidos no endereço eletrônico citado na forma acima e dentro do prazo especificado. Não serão prestados esclarecimentos de dúvidas por telefone, WhatsApp ou qualquer meio de comunicação pessoal e não serão prestados esclarecimentos fora do prazo estipulado no item 7.1 deste edital.

* 1. Impugnações: até o 5º (quinto) dia útil antecedente à data fixada para recebimento dos envelopes, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Chamamento Público, devendo conter a identificação do número do Chamamento Público objeto da consulta:
1. Protocolo: Prefeitura Municipal de Jaguariuna no Departamento de Protocolo, sito à Rua Alfredo Bueno, 1235 Centro Jaguariuna SP, de segunda à sexta-feira, excluindo feriados e pontos facultativos, no horário das 08:00 às 12:00 horas.

**9.3.1** De acordo com o Decreto Municipal nº 3560/2017 em seu Art. 18, As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiru.

* 1. Somente serão aceitas as impugnações que forem devidamente protocoladas na Secretaria Municipal de Assistência Social na forma acima.
	2. As impugnações, representações e reclamos de qualquer natureza, deverão ser formulados por escrito, assinados pelo interessado e apresentados com cópia dos documentos pessoais com foto.
	3. As impugnações e recursos deverão ser endereçados à Comissão de Seleção para análise e, se for o caso, reconsiderar a decisão que deu origem à irresignação da organização da sociedade civil. Na hipótese de manutenção da decisão, a Comissão encaminhará o recurso à autoridade competente, para decisão, com observância dos prazos legais.
	4. O recurso contra as decisões da Comissão de Seleção terá efeito suspensivo.
	5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
1. **DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**
	1. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito desta parceria serão liberadas **em estrita conformidade com o cronograma de desembolso apresentado e aprovado**, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:
		1. Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
		2. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo;
		3. Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela fiscalização ou pelos órgãos de controle interno ou externo, ou pelo Departamento de Convênios e Terceiro Setor.
	2. Os recursos recebidos em decorrência desta parceria serão depositados em conta corrente específica, isenta de tarifa bancária, na instituição financeira pública determinada pela administração pública.
		1. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos
	3. Fica vedada qualquer pretensão de liberação de parcela dos recursos antecipada.
2. **DA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA:**
	1. Após tomadas as providências previstas no item 7.8, a organização da sociedade civil selecionada poderá ser convocada para assinar o Termo, cuja minuta integra o presente Edital – Anexo XIII e entrega dos documentos.
	2. Caso o Município decida que não estão atendidos todos os documentos constantes neste edital em especial aos itens do item 06 e da Lei Federal nº 13.019/14, a organização da sociedade civil, após comunicada pelo órgão público, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, garantido o contraditório e a ampla defesa, para suplementar os documentos faltantes.
	3. Na hipótese da 1ª organização classificada não atender aos requisitos referentes à documentação a ser apresentada, a 2ª organização mais bem classificada poderá ser convidada nos termos da proposta apresentada e assim sucessivamente. Caso aceite celebrar a parceria, será efetuada a verificação dos respectivos documentos, sendo esse procedimento a ser seguido sucessivamente até que se conclua a seleção prevista no Edital e atendido o procedimento previsto no item 6.8 deste Edital.
3. **DAS PENALIDADES:**

**12.1** Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

**12.1.1** A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela organização da sociedade civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidades mais graves.

* + 1. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública Municipal.
		2. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada nos casos de reincidência na aplicação da sanção prevista no item 12.1.2. deste Edital, desde que a natureza da infração seja considerada grave e resulte danos à Administração Pública Municipal.
		3. A sanção de suspensão temporária impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com a Administração Pública Municipal por prazo não superior a 02 (dois) anos.
		4. A sanção de declaração de inidoneidade impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a organização da sociedade civil ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 12.1.4 deste Edital.

**12.2** Fica garantido o contraditório e a ampla defesa à organização da sociedade civil parceira, por meio de procedimento de aplicação de penalidade, que se inicia com encaminhamento dos fatos que demonstram seu cabimento e a indicação das penalidades aplicáveis, pela autoridade competente da Pasta gestora do termo de parceria, a Secretaria Municipal de Justiça que notificará a organização da sociedade civil parceira para apresentação de defesa prévia no prazo:

1. de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, no caso da penalidade prevista no item 12.1.1;
2. de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, nos casos das penalidades previstas nos demais itens;
	1. Os procedimentos de aplicação de penalidades seguirão as regras estabelecidas na Lei Federal nº 13.019, de 2014 e no Decreto Municipal nº 3.560 de 25 de maio de 2017.
3. **CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO:**
	1. A Comissão de Seleção será composta pelos membros em conformidade com a Portaria nº 1.202/2018 e alterações Portaria 1.420/2018, nº 680/2021 e Nº 701/2021 , sendo composta por:

I – Maria Luiza Amorim Silva Peres

II – Luciana Maria Boccardo Burini

III – Rafaela Catao Pires Bergamasco

IV – Ruan cavalcanti Dias

V – Edgar Fancisco Maldonado Soares

1. **INDICAÇÃO DO GESTOR DA PARCERIA**

**14.1** A gestão da parceria será realizada por agente público com poderes de controle e fiscalização, designado por ato publicado na Imprensa Oficial do Município, em data anterior à celebração do Termo de Colaboração, cujas obrigações serão aquela determinadas pelo Ar. 61 da Lei nº 13.019/2014.

1. **COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:**
	1. As atividades do objeto do Termo de Colaboração terão sua execução monitorada e avaliada pela Administração Pública e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, com as atribuiçoes conforme preconizado no art nº 61 da Lei 13.019/14
2. **APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DURANTE A EXECUÇÃO DA** **PARCERIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**16.1**. Os recursos da parceria geridos pela Organização da Sociedade Civil estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria, mantendo a natureza de verbas públicas.

**16.2** A Organização da Sociedade Civil deverá manter e movimentar os recursos em conta bancária pública, junto ao Banco do Brasil, específica para a parceria.

**16.3**. As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, eficiência, publicidade, transparência na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade.

**16.4**. As organizações da sociedade civil que formalizarem Termo de Colaboração com a Administração Pública deverão:

**16.4.1** Aplicar integralmente os valores recebidos em virtude da parceria estabelecida, assim como, eventuais rendimentos, no atendimento do objeto do termo de colaboração firmado, em estrita consonância com o plano de aplicação financeira e cronograma de desembolso apresentados e aprovados;

**16.4.2** . Efetuar todos os pagamentos com os recursos transferidos, dentro da vigência do Termo de Colaboração, indicando no corpo dos documentos originais das despesas, inclusive a nota fiscal eletrônica, o número do Termo de Colaboração, fonte de recurso e o órgão público a que se referem, sendo que o carimbo deve ser de cor vermelha conforme ANEXO III Modelo I;

**16.4.3**. Incluir, no sistema de acompanhamento financeiro indicado pela Secretaria Municipal de Educação, os documentos comprovantes das despesas e mantê-los de posse para eventuais fiscalizações e/ou conferências;

**16.4.4** Realizar toda movimentação de recursos no âmbito da parceria, mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, sendo proibido o saque de recursos da conta corrente específica do ajuste para pagamento de despesas de quaisquer naturezas em espécie;

**16.4.5** Aplicar os saldos e provisões dos recursos repassados a título da parceria, sugerindo-se cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública. A conta de aplicação financeira dos recursos deverá ser vinculada à conta do ajuste, não podendo ser realizada em contas estranhas ao mesmo;

**16.4.6** Não repassar ou distribuir a outra organização da sociedade civil, ainda que educacional, bem como, a qualquer outra pessoa jurídica, recursos oriundos da parceria celebrada;

**16.4.7** Devolver aos cofres públicos eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os obtidos de aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, em caso de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, devendo comprovar tal devolução, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

**16.4.8** Apresentar declaração atualizada de que não contratará, para prestação de serviços, agente político de Poder, membros do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental celebrante, e seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, bem como servidor ou empregado público salvo nas hipóteses previstas na legislação;

**16.5**. Em caso de necessidade de alteração na aplicação de recursos financeiros aprovada, as organizações da sociedade civil poderão solicitar, por meio de ofício assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e endereçado ao Gestor da Parceria, a pretendida alteração, que será analisada tecnicamente pela Comissão de Monitoramento e Avaliação.

**16.5.1** As pretendidas alterações poderão ser efetivadas somente após aprovação final do Gestor da parceria, por Apostilamento ao Termo de Colaboração originário.

**17. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.**

**17.1**. As organizações da sociedade civil deverão prestar contas dos recursos recebidos por meio de documentos comprovantes das despesas entregues a Secretaria de Educação, em conformidade com a Lei 13019/14 e Decreto Municipal 3.560 de 25 de maio de 2017.

**17.2**. A prestação de contas obedecerá aos prazos trimestrais, sem prejuízo da prestação de contas anual e condições assinalados pelas normativas expedidas pelo órgão gestor e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em vigência à época da prestação, sob pena de suspensão dos repasses.

**17.3** Caberá à Administração Pública, por meio da Secretaria Municipal de Educação, a análise da prestação de contas encaminhada pela Organização da Sociedade Civil, visando ao acompanhamento da execução financeira do Termo de Colaboração.

**17.4** Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo, a ser determinado pelo Município, para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação nos termos do disposto no Art. 70, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 13.019/2014.

**17.5** A prestação de contas anual deverá obedecer às normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme publicação feita anualmente pela Secretaria Municipal de Educação em momento oportuno.

**17.6** Prestação de Contas Final: A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria.

**17.7** O MUNICÍPIO, através da Comissão de Monitoramento e Avaliação, apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela, determinada, prorrogável justificadamente por igual período. (art. 71, Lei Federal 13.019/2014).

**17.8** Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas final, será concedido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para ENTIDADE sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, prorrogável, por igual período. (art. 70, Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações).

**17.9** Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deverá manter em seu arquivo os documentos originais que a compuseram.

1. **DISPOSIÇÕES GERAIS:**
	1. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
	2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização das etapas previstas neste Edital, será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão de Seleção em contrário.
	3. É facultada à Comissão de Seleção ou à autoridade superior, em qualquer etapa deste Edital, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, notadamente para sanear falhas formais, a qual deverá ser atendida dentro do prazo concedido pela referida Comissão, não comprometendo a segurança do certame.
	4. A autoridade competente para a aprovação do chamamento público poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
	5. As organizações da sociedade civil assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo.
	6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-à o dia do início e incluir-se-à o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município.
	7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da organização da sociedade civil, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
	8. As normas que disciplinam este Chamamento Público serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Município, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
2. **DISPOSIÇÕES FINAIS:**
	1. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**19.1.1** O preenchimento da proposta deverá observar rigorosamente os requisitos previstos no Anexo V – Plano de Trabalho.

* 1. **DO JULGAMENTO DA PROPOSTA:**

Este Chamamento Público será processado e julgado pela Comissão de Seleção de acordo com a composição presente neste item;

* + 1. Caberá à Comissão de Seleção:
		2. Analisar individualmente e julgar as propostas em conformidade com os termos deste Edital;
		3. A comissão pode solicitar à organização da sociedade civil proponente informações adicionais sobre os planos de trabalho;
		4. Classificar os planos de trabalho das Organizações da Sociedade Civil obedecidos aos critérios estabelecidos no item 7 deste edital;
		5. Desclassificar as organizações da sociedade civil interessadas que desatender às exigências legais e as estabelecidas neste Edital;
		6. Produzir todos os documentos necessários ao atendimento dos termos deste Edital, relativos ao julgamento dos planos de trabalho das organizações da sociedade civil interessadas, bem como elaborar ata da sessão de julgamento;
		7. Manifestar-se, em caso de eventuais recursos das organizações da sociedade civil interessadas relativos ao julgamento dos planos de trabalho.
		8. Será obrigatoriamente justificada a seleção de plano de trabalho que não seja o mais vantajoso em termos financeiros, considerado o valor de referência constante deste chamamento público.
	1. AS DESPESAS DECORRENTES DO PRESENTE CHAMAMENTO CORRERÃO À CONTA DA RUBRICA: 02.06.01.08.244.0025.2003.3.3.50.39.00-1
1. **CRONOGRAMA DO EDITAL**

**20.1**. O edital completo deste chamamento público será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Administração Pública na internet e publicado **resumidamente na** Imprensa Oficial do Município, Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornal de grande circulação a partir de 11 de Maio de 2023, sendo que estará disponível para a impressão e consulta no seguinte endereço eletrônico: [www.jaguariuna.sp.gov.br](http://www.jaguariuna.sp.gov.br) (Secretarias/Secretaria de Assistência Social), a partir do dia 11 de Maio de 2023.

**20.2** – Os pedidos de informações e/ou esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de **05 (dias) corridos da data-limite para envio da proposta**, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: sas@jaguariuna.sp.gov.br.

Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção, sendo que as respostas estarão disponíveis aos interessados no site da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, [www.jaguariuna.sp.gov.br](http://www.jaguariuna.sp.gov.br) (Secretarias/ Secretaria de Assistência Social) e encaminhadas para os e-mails de todas as OSC’s que adquiriram o edital.

**20.3** É facultada a interposição de **impugnação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação,** por meio de manifestação escrita, endereçada à Secretaria Municipal de Assistência Social e protocolizada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Jaguariúna:

**20.3.1** – IMPUGNAÇÃO por qualquer pessoa ao presente edital por irregularidades na aplicação da Lei nº 13.019/2014;

**20.3.2** – IMPUGNAÇÃO ao edital, pelo licitante, em face de vícios ou irregularidades porventura nele existentes.

**20.3.3** – Não serão acolhidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante que não seja legitimado legalmente ou identificado no processo para responder pelo interessado.

**20.3.4** – As razões de impugnação ao edital deverão ser formalizadas por escrito e devem ser protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, cujo endereço encontra-se disposto no item 9.3, impreterivelmente no horário de atendimento, de 08h30 ás 16h.

**20.3.5** – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

**20.4** Eventual modificação no edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando‐se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

**20.5** A Comissão de Seleção resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a Administração Pública.

**20.6** A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**Andréa Dias Lizun**

**Secretária Municipal de Assistência Social – SMAS**